DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

CS HOLDING E LOCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 41.934.221/0001-14 - NIRE nº 35.300.570.880

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas, A CS Holding e Locação S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Mogi das Cruzes (SP), em 31 de março de 2022. **A ADMINISTRAÇÃO**.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais

Ativo		Controladora	Consolidado
Circulante	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.173	46.423
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	37.985	256.376
Contas a receber	9	641	116.485
Estoques		-	4.632
Tributos a recuperar	10	-	16.757
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.4	1.171	18.171
Despesas antecipadas		66	2.312
Dividendos a receber	26.1	2.550	-
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	316	32.526
Adiantamento de terceiros		-	1.783
Ativos para cumprimento de contratos	13	-	1.177
Outros créditos	12	-	56.795
		71.902	**553.437**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	9	-	83.130
Tributos a recuperar	10	-	27.724
Instrumentos financeiros derivativos	18	97.425	110.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	6.187	6.539
Partes relacionadas	26.1	-	2.122
Depósitos judiciais	24	-	3.507
Ativos para cumprimento de contratos	13	-	1.130
Outros créditos	12	-	1.514
		103.612	**236.326**
Investimentos	14	703.943	26.822
Imobilizado	15	-	503.833
Intangível	16	-	30.920
		807.555	**797.901**
Total do ativo		**879.457**	**1.351.338**

Passivo		Controladora	Consolidado
Circulante	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2021**
Fornecedores	17	23	81.544
Empréstimos e financiamentos	19	19.205	176.491
Debentures	20	2.680	2.680
Arrendamentos a pagar	21	-	28.124
Arrendamentos por direito de uso		-	4.296
Obrigações sociais e trabalhistas	25.4	-	28.156
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	81
Tributos a recolher	22	4.571	20.397
Adiantamentos de clientes	25.1	-	20.274
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	26.1	16.723	16.723
Partes relacionadas	23	-	453
Outras contas a pagar		561	18.268
		43.763	**397.487**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	45.000	511.991
Debêntures	19	99.960	99.960
Arrendamentos a pagar	20	-	36.810
Arrendamentos por direito de uso	21	-	8.910
Instrumentos financeiros derivativos	4.2 b	73.651	94.695
Provisão para demandas judiciais e administrativas	24	-	2.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	-	36.207
Partes relacionadas	26.1	380.231	-
Aquisições de empresas a pagar	26.1	80.930	678
Outras contas a pagar	23	5	2.029
		679.777	**793.987**
Total do passivo		**723.540**	**1.191.474**
Patrimônio líquido	27.1		
Capital social		161.393	161.393
Reservas de capital		38	38
Reservas de lucros	27.2	(5.008)	(5.008)
Avaliação Patrimonial		(506)	(506)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**155.917**	**155.917**
Participação de não controladores	27.3	-	3.947
Total do Patrimônio Líquido		**155.917**	**159.864**
Total do passivo e patrimônio líquido		**879.457**	**1.351.338**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora 13/05/2021 a 31/12/2021	Consolidado 26/07/2021 a 31/12/2021
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	29	**-**	**187.097**
Custo de venda, locação e prestação de serviços	30	-	(131.113)
Custo de venda de ativos desmobilizados	30	-	(24.171)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		**-**	**(155.284)**
Lucro bruto		**-**	**31.813**
Despesas comerciais	30	-	(1.573)
Despesas administrativas	30	(226)	(13.430)
Reversão (provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	30	-	652
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	-	1.834
Resultado de equivalência patrimonial	14	10.909	(1.442)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**10.683**	**17.854**
Receitas financeiras	31	6.356	15.190
Despesas financeiras	31	(30.615)	(43.313)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(13.576)**	**(10.269)**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	25.3	-	(89)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	25.3	8.568	4.077
Total do imposto de renda e da contribuição social		**8.568**	**3.988**
Prejuízo líquido do período		**(5.008)**	**(6.281)**
Atribuído aos:			
Acionistas controladores		(5.008)	(6.064)
Acionistas não controladores		-	(217)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R$	32		**(0,0376)**
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R$ (operações continuadas)	32		**(0,0376)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo do período	**(5.008)**	**(6.281)**
Acervo líquido incorporado (nota 1.1)	(10.261)	(10.261)
Outros resultados abrangentes (i)	10.261	10.261
Resultado abrangente do período	**(5.008)**	**(6.281)**

(i) Trata-se de saldo reclassificando de outros resultados abrangentes para o resultado, de modo a refletir a melhor natureza da operação de derivativo que temos na Sociedade e suas controladas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais

	Controladora 13/05/2021 a 31/12/2021	Consolidado 26/07/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.576)	(10.269)
Ajuste para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(9.854)	2.498
Depreciação e amortização	-	15.925
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	24.171
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	-	(889)
Baixa de outros ativos imobilizados e intangível	-	24.631
Transações com pagamentos baseados em ações	690	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(652)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	24.057	50.386
	1.317	**105.801**
Variações no capital circulante liquido operacional		
Contas a receber	(641)	(198.963)
Estoques	-	(4.632)
Fornecedores e *Floor plan*	46	81.544
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	4.571	4.961
Bens disponibilizados para venda	640	643
Incorporação de acervo cindido - transferência de ativos e passivos	16.909	579.968
Cessão de dívida	(100.000)	(100.000)
Adiantamento de clientes	-	20.274
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(97.425)	(110.724)
Outras contas a pagar	566	20.297
Outros créditos	-	(60.616)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	33.746
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	984	1.273
Variações no capital circulante liquido operacional	**(174.350)**	**267.771**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	(1.171)	(18.179)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	(14.426)	(26.658)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 12)	(23)	(104.128)
Recebimento (pagamento) de *swaps*	80.532	94.759
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(37.985)	(256.376)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(146.106)**	**62.991**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em controladas	(80.115)	-
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	-	(1.515)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(2.550)	-
Caixa recebido decorrente da Incorporação	157.944	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	**75.279**	**(1.515)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	100.000	100.000
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar	-	(100.369)
Aumento de capital	-	(14.683)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**100.00**	**(15.052)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.173**	**46.423**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No final do período	29.173	46.423
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.173**	**46.423**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa		
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar	23	(355)

(i) Saldos de equivalência patrimonial estão apresentados em R$ 1.055 a menor do que os saldos apresentados na DRE, devido ao saldo do resultado de 5 dias dos investimentos cindidos pela CS Participações e incorporados pela CS Holding em 26 de julho de 2021 que foram considerados diretamente na linha de equivalência patrimonial no resultado da CS Holding.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais

			Reserva de lucros		Resultados abrangentes			
	Nota	**Capital social**	**Lucro acumulados**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva de *Hedge* (ii)**	**Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores**	**Participação dos não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 13 de maio de 2021		**1**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**1**
Prejuízo do período		-	(5.008)	-	-	**(5.008)**	**(217)**	**(5.225)**
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos		-	-	-	10.261	**10.261**	-	**10.261**
Retenção de lucros		-	-	-	-	**-**	-	**-**
Acervo líquido incorporado decorrente de reestruturação Societária (i)	1.1	161.392	-	(1.158)	(10.261)	**149.973**	-	**149.973**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		-	-	690	-	**690**	**4.164**	**4.854**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**161.393**	**(5.008)**	**(468)**	**-**	**155.917**	**3.947**	**159.864**

(i) Diferença de saldo entre o laudo de avaliação da cisão demonstrado na nota explicativa 1.1.a e o saldo apresentado refere-se à variação patrimonial ocorrida entre a data base do laudo de cisão de 31 de março de 2021 e a data efetiva da cisão em 26 de julho de 2021.
(ii) Referem-se aos saldos incorporados de *Hedge* que ficaram contabilizados até agosto de 2021 onde foram baixados pela mudança de classificação para *hedge* de valor justo por meio do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Holding e Locação S.A ("CS Holding", "Controladora" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima constituída em 13 de maio de 2021, com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de automóveis sem condutor, fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros, locação de outros meios de transportes e venda de veículos. Por meio de deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 19 de maio de 2021, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Holding e Locação S.A.. A Sociedade e suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") descritas na nota 1.1 atuam nos negócios de gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público, transporte municipal de passageiros, concessões de portos e rodovias, limpeza e coleta urbana. A CS Holding e Locação S.A é uma controlada direta da Simpar S.A que possui 100% das cotas. **1.1. Incorporação de acervo líquido cindido da CS Participações -** Em 26 de julho de 2021, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação pela CS Holding da parcela cindida da CS Participações, onde as ações vertidas para a CS Holding contemplam os investimentos CS Finance S.à.r.l. ("CS Finance"), que tem por atividade principal fomentar as operações de captação de recursos no exterior e a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Transportes"), que atende clientes do setor público e sociedades de economia mista, oferecendo (i) serviços de gestão e terceirização de frotas (GTF) de veículos leves com condutor e (ii) GTF de pesados com e sem condutor, (iii) transporte municipal de passageiros, (iv) limpeza urbana, além de operar (v) terminais portuários e (vi) rodovias, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimento em participações societárias na controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda de R$ 615.022 assim como o passivo a descoberto na CS Finance de R$ 1.624. Após os eventos mencionados acima, a CS Holding passou a consolidar os saldos patrimoniais das controladas CS Brasil Transportes e CS Finance.

O acervo líquido contábil incorporado resultou na seguinte movimentação:

Ativo Circulante	**CS Holding**	**Acervo Incorporado**	**Eventos subsequentes (i)**	**CS Holding - Pós acervo incorporado**
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-	1
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	185.000	185.000
Dividendos a receber	-	2.550	-	2.550
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	-	3.534	-	3.534
Outros créditos	-	361	-	361
	1	**6.445**	**185.000**	**191.446**
Ativo - Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	7.422	-	7.422
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	-
Outros créditos	-	36.335	-	36.335
	-	**43.757**	**-**	**43.757**
Investimentos	-	607.281	-	607.281
Imobilizado	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-
	-	**651.038**	**-**	**651.038**
Total do ativo	**1**	**657.483**	**185.000**	**842.484**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:00 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	CS Holding	Acervo incorporado	Eventos subsequentes (i)	CS Holding - Pós cisão
Circulante				
Fornecedores	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	109.402	-	109.402
Debentures	-	-	-	-
Tributos a recolher	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	16.723	-	16.723
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	**126.125**	**-**	**126.125**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	59.867	-	59.867
Debêntures	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	53.321	-	53.321
Aquisição de empresas a pagar	-	76.446	-	76.446
Partes relacionadas	-	-	355.125	355.125
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	**189.634**	**355.125**	**544.759**
Total do passivo	**-**	**315.759**	**355.125**	**670.884**
Patrimônio líquido	**-**	**341.724**	**(170.125)**	**171.599**
Capital social	1	341.724	(170.125)	171.599
Reserva de capital	-	14.408	-	14.408
Outros resultados abrangentes	-	(14.408)	-	(14.408)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1**	**657.483**	**185.000**	**842.484**

(i) Após o fechamento do balanço contábil da Sociedade em 31 de março de 2021 ocorreram eventos patrimoniais posteriores, sendo a captação de dívida oriunda do contrato de empréstimos externo direto celebrado entre CS Participações e CS Finance Sarl, em 16 de abril de 2021 e R$ 185.000 de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Simpar S.A. na CS Participações, em 31 de maio de 2021, impactando em R$ 170.125 no acervo líquido cindido final.

1.2. Relação de participação em entidades controladas, controlada em conjunto e consórcio - As participações percentuais da Sociedade em suas controladas, controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

			31/12/2021	
Razão social	**País sede**	**Atividade Operacional**	**Particip. direta %**	**Particip. indireta %**
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (a)	Brasil	Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público transporte municipal de passageiros e limpeza urbana.	99,99	-
CS Finance (b)	Luxemburgo	-	100,00	-
Consórcio Sorocaba (c)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (d)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,75
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A (e)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	100,00
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A (e)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	100,00
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A (f)	Brasil	Construção, Conservação, Recuperação, Manutenção, Implantação de Melhorias e Operação Rodoviária	-	64,00

a) CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. - A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil Transportes") é uma empresa limitada, com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. **b) CS Finance S.à.r.l ("CS Finance") -** Em 16 de março de 2021 foi constituída a CS Finance S.à.r.l. ("CS Finance") localizada em Luxemburgo com objetivo de fomentar as operações de captação de recursos no exterior, sendo uma controlada direta da CS Holding com 100% de participação. **c) Consórcio Sorocaba -** O Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") é uma sociedade empresária em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021, onde a sua controlada direta CS Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual desua participação de 50% no Consórcio Sorocaba. **d) BRT Sorocaba Concessionárias -** O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba Concessionárias") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a CS Brasil Transportes aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75%. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021, onde a sua controlada direta CS Transportes registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial. **e) Sociedades de Propósito Especifico - SPEs ATU12 e ATU18 -** Em 25 de março de 2021, foram constituídas as sociedades de propósito especifico "SPEs" ATU12 e ATU18, ambas as Sociedades são sociedade anônima fechada, com sede no município de Candeias - Bahia, que tem como próposito especifico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia. Ambas SPEs estão em fase pré operacional, sem operação no exercício, com expectativa de início ao longo do exercício de 2022. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021. **f) Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. -** Em 07 de julho de 2021 foi criada a Sociedade para fins específicos "SPE" Grãos do Piauí, controlada direta da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil") com 64% de participação. O contrato de concessão foi assinado em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcerrados"), onde detém 64% de participação. A concessão está em processo de implantação com expectativa de inicio operacional em 2023. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021. **1.3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021 - a) Ganho da Concessão dos Terminais Portuários ATU12 e ATU18 -** Em 18 de dezembro de 2020 , a controlada CS Brasil Transportes participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que declarou a CS Brasil Transportes como ganhadora do leilão, condicionado a homologação da documentação apresentada no processo de licitação. Em 09 e 10 de março de 2021, foram oficialmente homologados as concessões dos terminais portuários ATU12 e ATU18, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com os termos de posse com expectativa de assinatura no primeiro semestre de 2022. A área denominada ATU12 conta com movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo, com um contrato inicial de 25 anos. A área de ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente soja, com um contrato de 15, com possibilidade de prorrogação contratual até 2029. - **b) Ganho da Concessão - Grãos do Piauí (Transcerrados) -** A Controladora CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda ("CS Brasil") venceu a proposta apresentada pelo Consórcio Grãos do Piauí, cujo controle é detido por meio de 64% de participação, referente à concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcerrados"), com o contrato desta concessão assinado em 26 de julho de 2021, com o termo de posse assinado em 28 de dezembro de 2021. **c) Pagamento das outorgas das concessões portuárias - ATU12 e ATU18 -** Em 26 de abril de 2021, foi efetuado o pagamento da primeira parcela da outorga, no montante total de R$ 15.625 contabilizadas nas SPEs na rúbrica do intangível, em continuidade do leilão dos duas novas concessões portuárias ATU12 e ATU 18, homologado em março, conforme mencionado na nota explicativa 1.3 b). **d) Incorporação da parcela cindida da CS Participações pela CS Holding S.A. -** Conforme detalhado nos itens 1.1 acima, em 26 de julho de 2021 houve a reestruturação societária da CS Participações, onde ocorreu a cisão parcial de alguns saldos incluindo as operações descontinuadas dos investimentos da CS Transportes e CS Finance, os quais foram incorporados pela CS Holding que passou a consolidá-los. **e) Encerramento da operação de Limpeza e Coleta Urbana -** O Contrato de prestação de serviços de Limpeza Urbana e Coleta de Resíduos firmado entre a CS Brasil Transportes e o Município de Mogi das Cruzes se encerrou em 03 de agosto de 2021, quando completou 72 meses de vigência, limite máximo previsto pela legislação para esse tipo de contratação. A operação deste contrato realizou no primeiro semestre de 2021 uma receita bruta de prestação de serviços de R$ 29.800. **f) 1ª emissão de debêntures (garantia fidejussória adicional) - CS Holding -** Em 2 de setembro de 2021, a Sociedade realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª emissão de debêntures simples, em série unica. O valor foi de R$ 100.000, com liquidação prevista para dia 15 de setembro de 2023 com taxa de CDI + 1,90% e vencimento na mesma data. **g) Aumento de capital na controlada Grãos do Piauí Transcerrados -** Em dezembro de 2021, a controlada indireta Grãos do Piauí - Transcerrados, que por sua vez é controlada direta da CS Brasil Transportes com 64% de participação, recebeu da CS Brasil Transportes R$ 4.266 via aporte de capital. **h) Cessão de dívida da CS Holding para a Ciclus Ambiental do Brasil S.A. -** Em 27 de dezembro de 2021, foi efetuada a Assembléia Geral de Titulares de Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, onde dentre outras matérias foi aprovada a assunção das Notas Promissórias Comerciais pela Ciclus. **i) Adiantamento para futuro aumento de capital na controlada CS Brasil Transportes -** Em 29 de dezembro de 2021, a controlada direta CS Brasil Transportes recebeu da CS Holding R$ 80.000 via adiantamento para futuro aumento de capital. **1.4. Situação da COVID-19 -** A Sociedade e suas controladas continuam monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: A maior parte da receita do Grupo é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento. O Grupo mantém uma condição financeira solidas para garantia da continuidade das suas operações e cumprimento de suas obrigações. Durante todo o exercício, vem demonstrando resiliência de seus negócios, mantendo níveis de receita, lucratividade e geração de caixa. (i) Situação econômica e financeira. • Liquidez corrente positiva em 31 de dezembro de 2021, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante no consolidado correspondente a 1.3 vezes no consolidado, exceto na controladora conforme descrito na nota explicativa 1. • A maior parte dos serviços prestados, é mantido por contratos de longo prazo. • Implementação de programas de redução de gastos para adequar a estrutura de custos de acordo com as variações na receita e na geração de caixa, com acompanhamento diário. (ii) Análises de recuperação *("impairment")* de ativos financeiros. A CS Brasil Participações acompanha seus ativos financeiros, incluindo suas contas a receber, avaliando a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação *("impairment")*. Essas análises são conduzidas considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado. Como resultado dessas análises, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais. (iii) Análises de recuperação *("impairment")* de ativos não financeiros. Assim como as análises para os ativos financeiros, a Sociedade avalia se há indicativos de perda dos valores de recuperação de seus ativos não financeiros, que não foram observados para 31 de dezembro de 2021. (iv) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal. Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A Sociedade aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **1.5. Sustentabilidade e meio ambiente -** A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas -** Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Sociedade é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento "Empresários pelo Clima" e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas -** O setor, em que a Sociedade e sua controlada estão inseridas, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de GEE - principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo Simpar acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove *benchmarking* nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG e assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a amplificar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização -** O plano estratégico do Grupo Simpar para reduzir seu impacto na emissão de CO_2, inclui as seguintes metas • Potencial para aquisição de veículos elétricos ou movidos a biometano; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Promoção da redução das emissões de CO_2, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gasóleo, permitindo uma explosão limpa no motor em sua frota locada • Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas -** O Grupo Simpar considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa *Carbon Free* da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de GEE junto aos motoristas. De forma geral, todas as controladas do Grupo Simpar buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo Simpar busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. A Sociedade participa de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de GEE nos moldes do *GHG Protocol*. **Gestão de recursos naturais -** O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Sociedade e sua controlada, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às práticas contábeis adotadas no Brasil) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC de acordo com as práricas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas uma vez que a Sociedade iniciou suas operações no ano de 2021. **Base de mensuração -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 6.1, quando aplicável. **2.2. Base de consolidação - a) Controladas -** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto -** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O Grupo manteve a partir de julho de 2021, devido à Incorporação da parcela cindida da CS Participações mencionada na nota explicativa 1.1, operações em conjunto no consórcio Sorocaba por meio de sua Controlada CS Brasil Transportes, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na proporção de sua participação. **c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial -** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **d) Transações eliminadas na consolidação -** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação - a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Instrumentos financeiros - 2.5.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração -** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao Valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentosde principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 6.1). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio -** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a Valor justo por meio do resultado.	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:06 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Desreconhecimento: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.5.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.5.3. Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4. Redução ao valor recuperável *(“impairment”)* de ativos financeiros -** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo *“ad hoc”*. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas classificados ao custo amortizado, a metodologia de *“impairment”* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a (ii) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto após 12 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.5. Mensuração ao valor justo -** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 6.2. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.6. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota) -** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.7. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(“impairment”),* quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes -** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com o tipo do bem comprado e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para o exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas na nota explicativa 15. O Grupo adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **d) Redução ao valor recuperável *(“impairment”)* -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais o Grupo fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.8 Intangível - a) Direito de exploração -** O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”. **b) Gastos subsequentes -** Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c) Amortização -** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **2.9. Arrendamentos -** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatário -** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor -** O Grupo classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1) / IAS 17, tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador -** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.5.1. (c) e 2.5.4). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.10. Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Sociedade reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de contratos, os quais estão apresentados no balanço patrimonial na rubrica “ativos para cumprimento de contratos” no ativo não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2021. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes (“IRPJ e CSLL”) -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.12. Provisões - 2.12.1. Geral -** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.12.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas -** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Receitas de contrato com clientes -** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.13.1. Receita de locação - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos -** Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) -** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.13.2. Receita de venda de ativos desmobilizados - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos -** Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Sociedade desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 -** A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.13.3. Receita de transporte de passageiros - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos -** Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 -** A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.13.4. Receita de serviços de limpeza e coleta urbana - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos -** Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 -** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.14. Benefícios a empregados - 2.14.1. Benefícios de curto prazo -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.14.2. Transações com pagamentos baseados em ações -** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar, concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.15. Capital social - 2.15.1. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio -** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no contrato social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS DE JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas *(“impairment”)* de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 11; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 15; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 24.

4. NOVAS NORMAS E NORMAS AINDA NÃO VIGENTES

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 - a) Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 “Contratos de Seguros”. A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Empresa, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente *à* base anterior. **b) Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) “Arrendamentos”: prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de adoção (1º de janeiro de 2021). **Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Alteração ao CPC 27 “Ativo Imobilizado”:** revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **b) Alteração ao CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **c) Alteração ao CPC 15 “Combinação de Negócios”:** revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022; **d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: **i)** CPC 06(R2) - “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **e) Alteração ao CPC 26(R1) “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere “liquidação” de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **f) Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **g) Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **h) Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, e não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo e foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, o qual considera o negócio da perspectiva de tipos de serviços prestados. Os resultados por segmento consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os negócios do Grupo foram divididos em cinco segmentos operacionais cujas atividades consistem em: a) Gestão e terceirização de frotas leves e pesados (“GTF Leves e GT pesados”): Locação de veículos leves e pesados para gestão e terceirização de frotas sem condutor; b) Gestão e terceirização de frotas com mão de obra (“GTF MO”): Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas com condutor; c) Limpeza urbana: Serviços de limpeza e coleta urbana, oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente; d) Transporte de passageiros: Serviços de transporte público municipal de passageiros. O Grupo conta ainda com outras atividades de operações como Terminais portuários - Sociedades de propósito especifico “SPEs” ATU 12 e ATU 18 para administração de dois terminais portuários no estado da Bahia e Rodovias: Sociedades de propósito específico “SPE Grãos do Piauí” para prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária. Estas atividades foram alocadas na natureza de Outros.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:12 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócios operacionais atribuídas ao Grupo, para o período findo em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

							31/12/2021
	GTF leves	GTF pesados	GTF MO	Limpeza urbana	Transporte de passageiros	Outros	Total
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos	35.779	5.708	111.391	647	18.706	385	172.616
Receita bruta de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	28.525	-	3.496	1.980	1.142	895	36.038
Receita bruta de prestação de serviços,locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**64.304**	**5.708**	**114.887**	**2.627**	**19.848**	**1.280**	**208.654**
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos	32.118	5.180	97.312	565	16.535	696	152.406
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	27.873	-	3.170	1.750	1.142	756	34.691
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**59.991**	**5.180**	**100.482**	**2.315**	**17.677**	**1.452**	**187.097**
Custo de prestação de serviços e locação de veículos	(17.663)	(2.206)	(86.205)	(8.977)	(15.517)	(545)	(131.113)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(20.130)	-	(2.512)	(711)	(124)	(694)	(24.171)
Lucro bruto	**22.198**	**2.974**	**11.765**	**(7.373)**	**2.036**	**213**	**31.813**
Despesas comerciais	(1.192)	(10)	(200)	(1)	(3)	(167)	(1.573)
Despesas administrativas	(2.149)	(340)	(6.736)	(69)	(1.202)	(2.934)	(13.430)
(Provisão) reversão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	707	(5)	(47)	(1)	(2)	-	652
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	913	25	(401)	(48)	74	1.271	1.834
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.442)	(1.442)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	**20.477**	**2.644**	**4.381**	**(7.492)**	**903**	**(3.059)**	**17.854**
Resultado financeiro líquido							(28.123)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social							**(10.269)**
Total do imposto de renda e da contribuição social							3.988
Lucro líquido do período							**(6.281)**

As informações referentes aos ativos totais e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos principais tomadores de decisão.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros do Grupo estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

			Controladora
			31/12/2021
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	-	29.173	29.173
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	37.985	-	37.985
Contas a receber	-	641	641
Instrumentos financeiros derivativos	97.425	-	97.425
	135.410	**29.814**	**165.224**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	23	23
Partes Relacionadas	-	380.231	380.231
Empréstimos e financiamentos	-	64.205	64.205
Debêntures	-	102.640	102.640
Aquisições de empresas a pagar	-	80.930	80.930
Instrumentos financeiros derivativos	73.651	-	73.651
	73.651	**628.029**	**701.680**

			Consolidado
			31/12/2021
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	-	46.423	46.423
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	256.376	-	256.376
Contas a receber	-	199.615	199.615
Partes relacionadas	-	2.122	2.122
Instrumentos financeiros derivativos	110.660	-	110.660
Outros créditos	-	58.915	58.915
	367.036	**307.075**	**674.111**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	81.544	81.544
Empréstimos e financiamentos	-	688.482	688.482
Instrumentos financeiros derivativos	94.695	-	94.695
Debêntures	-	102.640	102.640
Arrendamentos a pagar	-	64.934	64.934
Arrendamentos por direito de uso	-	13.206	13.206
Partes relacionadas	-	453	453
Aquisição de empresas a pagar	-	678	678
Outras contas a pagar	-	20.297	20.297
	94.695	**972.234**	**1.066.929**

6.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

		Controladora
	Valor contábil	**Valor justo**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	29.173	29.173
Títulos e valores mobiliários	37.985	37.985
Contas a receber	641	641
Instrumentos financeiros derivativos	97.425	97.425
Total	**165.224**	**165.224**
Passivos financeiros		
Fornecedores	23	23
Partes Relacionadas	380.231	380.231
Empréstimos e financiamentos	64.205	64.013
Debêntures	102.640	102.666
Instrumentos financeiros derivativos	73.651	73.651
Partes relacionadas	80.930	80.930
Total	**701.680**	**701.514**

		Consolidado
	Valor contábil	**Valor justo**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	46.423	46.423
Títulos e valores mobiliários	256.376	256.376
Contas a receber	199.615	199.615
Partes relacionadas	2.122	2.122
Instrumentos financeiros derivativos	110.660	110.660
Outros créditos	58.915	58.915
Total	**674.111**	**674.111**
Passivos financeiros		
Fornecedores	81.544	81.544
Empréstimos e financiamentos	688.482	721.771
Debêntures	102.640	102.666
Instrumentos financeiros derivativos	94.695	94.695
Arrendamentos a pagar	64.934	64.952
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206
Partes relacionadas	453	453
Aquisição de empresas a pagar	678	678
Outras contas a pagar	20.297	20.297
Total	**1.066.929**	**1.100.262**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e **Nível 3** - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

			Controladora
			31/12/2021
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	15.741	-	15.741
LTN - Letras do Tesouro Nacional	22.244	-	22.244
Instrumentos financeiros derivativos	-	97.425	97.425
	37.985	**97.425**	**135.410**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	64.013	64.013
Debêntures	-	102.666	102.666
	-	**166.679**	**166.679**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	73.651	73.651
	-	**73.651**	**73.651**

			Consolidado
			31/12/2021
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	106.245	-	106.245
LTN - Letras do Tesouro Nacional	150.131	-	150.131
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.060	110.060
	256.376	**-**	**367.036**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	721.771	721.771
Debêntures	-	102.666	102.666
Arrendamentos a pagar	-	64.952	64.952
	-	**889.389**	**889.389**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	95.695	95.695
	-	**94.695**	**94.695**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	**1M**	**6M**	**1A**	**2A**	**3A**	**5A**	**10A**
Taxa (a.a.) - %	6,25	8,04	8,99	9,83	10,25	10,66	11,10

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021.

6.3. Gerenciamento de riscos financeiros - Os principais passivos financeiros não derivativos do Grupo se referem a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, arrendamentos por direito de uso, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora JSL (atual Simpar), que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Sociedade sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Sociedade está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Compete ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. **a) Risco de crédito -** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras. - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings,* conforme demonstrado abaixo:

***Rating* em Escala Local "Br"**

Nomenclatura	**Qualidade**
Br AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

***Rating* em Escala Global "G"**

Nomenclatura	**Qualidade**
G AAA	Prime
G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Valores depositados em conta corrente	**1**	**1.368**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	29.172	43.548
Br AA+	-	994
Br AA	-	513
Total de aplicações financeiras	**29.172**	**45.055**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**29.173**	**46.423**

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	37.985	256.376
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**37.985**	**256.376**

ii. Contas a receber: O Grupo utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9. **b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, e estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros. i. Risco de variação de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 6.3.1. ii. Instrumentos derivativos de *hedge* dos riscos de mercado: A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de *swap*) que foram classificados como *hedge* de valor justo conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, cujas variações positivas em seus valores justos de R$ 1.185 na Controladora e R$ 1.497 no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram registradas no resultado financeiro.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:16 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos vigentes em 31 de dezembro são os seguintes:

									Controladora	
									Saldo da dívida protegida em 31/12/2021	
Empresa	**Instrumento**	**Risco protegido**	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Operação**	**Valor Nocional**	**Vencimento**	**Indexador de proteção**	**Taxa média contratada**	**Pelo custo amortizado**	**Pelo valor justo**
CS Holding	Contrato de *swap*	Risco de mercado	*Hedge* de Valor Justo	*Swap Pré x CDI*	R$ 350.000	fev/28	Pré	149,81% CDI	383.340	384.955
								Total Consolidado	**383.340**	**384.955**

									Consolidado	
									Saldo da dívida protegida em 31/12/2021	
Empresa	**Instrumento**	**Risco protegido**	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Operação**	**Valor Nocional**	**Vencimento**	**Indexador de proteção**	**Taxa média contratada**	**Pelo custo amortizado**	**Pelo valor justo**
CS Finance	Contrato de *swap*	Risco de mercado	*Hedge* de Valor Justo	*Swap Pré x CDI*	R$ 450.000	fev/28	Pré	149,81% CDI	492.866	494.942
								Total Consolidado	**492.866**	**494.942**

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

			Controladora 31/12/2021
Operação	**Valor de nocional**	**Ativo**	**Passivo**
Swap - USD x CDI	USD 350.000	-	(73.651)
Total		**-**	**(73.651)**
Circulante			
Não circulante		-	73.651
Total		**-**	**73.651**

			Consolidado 31/12/2021
Operação	**Valor de nocional**	**Ativo**	**Passivo**
Swap - USD x CDI	USD 450.000	-	(94.695)
Total		**-**	**(94.695)**
Circulante			
Não circulante		-	94.695
Total		**-**	**94.695**

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de *swap* impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

					Controladora 31/12/2021
	Valor contábil	**Fluxo**	**1 ano**	**2 anos**	**Acima de 3 anos**
Swap Ativo	384.955	613.584	37.834	37.520	538.229
Swap Passivo	(458.606)	(733.370)	(27.203)	(53.204)	(652.962)
Total Geral	**(73.651)**	**(119.786)**	**10.631**	**(15.684)**	**(114.733)**

					Controladora 31/12/2021
	MTM	**Total**	**1 - 6 meses**	**7 - 12 meses**	**Mais de 1 ano**
Ponta ativa	384.955	613.584	37.834	-	575.749
Ponta passiva	(458.606)	(733.370)	(27.203)	-	(706.166)
Total Geral	**(73.651)**	**(119.786)**	**10.631**	**-**	**(130.417)**

					Consolidado 31/12/2021
	Valor contábil	**Fluxo**	**1 ano**	**2 anos**	**acima de 3 anos**
Swap Ativo	494.942	788.894	48.644	-	740.250
Swap Passivo	(589.637)	(927.406)	(36.426)	-	(890.980)
Total Geral	**(94.695)**	**(138.512)**	**12.218**	**-**	**(150.730)**

					Consolidado 31/12/2021
	MTM	**Total**	**1 - 6 meses**	**7 - 12 meses**	**Mais de 1 ano**
Ponta ativa	494.942	788.894	48.644	-	740.250
Ponta passiva	(589.637)	(927.406)	(36.426)	-	(890.980)
Total Geral	**(94.695)**	**(138.512)**	**12.218**	**-**	**(150.730)**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) prevista em contratos de empréstimos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. O Grupo reconheceu prejuízo líquido de R$ 6.281 em 31 de dezembro de 2021 e, nessa data, o seu capital circulante líquido foi positivo na controladora, em R$ 28.139, e, no consolidado, em R$ 155.950. Adicionalmente, a Administração antecipa que quaisquer obrigações de pagamentos decorrentes, substancialmente de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais, recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

					Controladora 31/12/2021
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	29.173	29.173	29.173	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	37.985	37.985	37.985	-	-
Contas a receber	641	641	637	4	-
Total	**67.799**	**67.799**	**67.795**	**4**	**-**

					Controladora 31/12/2021
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos financeiros					
Fornecedores	23	23	23	-	-
Partes relacionadas	380.231	380.231	-	48.310	331.921
Empréstimos e financiamentos	(33.220)	(22.461)	(17.965)	(4.496)	-
Debêntures	102.640	121.359	10.478	110.881	-
Instrumentos financeiros derivativos	73.651	119.786	10.631	-	(130.417)
Aquisição de empresas a pagar	80.930	80.930	-	-	80.930
Total	**604.255**	**679.868**	**3.167**	**154.695**	**282.434**

					Consolidado 31/12/2021
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	46.423	46.423	46.423	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	256.376	256.376	256.376	-	-
Contas a receber	199.615	199.615	116.485	83.130	-
Outros créditos	71.138	71.138	58.578	12.560	-
Total	**575.674**	**575.674**	**477.862**	**95.690**	**-**

					Consolidado 31/12/2021
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos financeiros					
Fornecedores	81.544	81.544	81.544	-	-
Empréstimos e financiamentos	577.822	35.788	12.456	11.832	11.500
Debêntures	102.640	121.359	10.478	110.881	-
Instrumentos financeiros derivativos	94.695	154.011	13.668	20.165	120.178
Arrendamentos a pagar	64.934	66.630	29.083	16.948	20.599
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206	4.296	8.910	-
Partes relacionadas	453	453	453	-	-
Aquisição de empresas a pagar	678	678	-	678	-
Outras contas a pagar	20.298	20.298	20.298	-	-
Total	**956.270**	**493.967**	**172.275**	**169.414**	**152.277**

6.3.1. Análise de sensibilidade - A Administração do Grupo efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: • CDI em 11,79 % a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • TLP de 9,83 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • SELIC de 11,79 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • IPCA 5,20 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • IGP-M 6,42% a.a (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

						Controladora
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Risco de taxa de juros						
Senior Notes "BOND" (objeto)	(383.340)	PRÉ-FIXADO	10,75%	(41.209)	(51.511)	(61.814)
Senior Notes "BOND" (objeto)	383.340	PRÉ-FIXADO	10,75%	41.209	51.511	61.814
Swap ponta passiva	(458.606)	Aumento do CDI	11,79%	(54.070)	(67.587)	(81.104)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	**(458.606)**			**(54.070)**	**(67.587)**	**(81.104)**
Efeito líquido das operações de *hedge accounting*	**(458.606)**			**(54.070)**	**(67.587)**	**(81.104)**
Demais operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	29.172	Aumento do CDI	11,79%	3.439	4.299	5.159
Títulos e valores mobiliários - LFT	15.741	Aumento do SELIC	11,79%	1.856	2.320	2.784
Obrigações a pagar por aquisição de empresas (i)	80.930	Aumento do CDI	11,79%	9.542	11.927	14.312
Empréstimos, financiamentos	64.204	Aumento do CDI	11,79%	(7.570)	(9.462)	(11.354)
Debêntures	(102.640)	Aumento do CDI	11,79%	(12.101)	(15.127)	(18.152)
Efeito líquido da exposição	**(41.001)**			**(4.834)**	**(6.043)**	**(7.251)**
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	22.244	Aumento do CDI	11,79%	2.623	2.623	2.623
Exposição liquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	**22.244**			**2.623**	**2.623**	**2.623**
Exposição liquida total	**(18.757)**			**(2.311)**	**(3.420)**	**(4.628)**

						Consolidado
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Risco de taxa de juros						
Senior Notes "BOND" (objeto)	(383.340)	PRÉ-FIXADO	10,75%	(41.209)	(51.511)	(61.814)
Senior Notes "BOND" (objeto)	383.340	PRÉ-FIXADO	10,75%	41.209	51.511	61.814
Swap ponta passiva	(589.637)	Aumento do CDI	5,00%	(29.482)	(36.852)	(44.223)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	**(589.637)**			**(29.482)**	**(36.852)**	**(44.223)**
Efeito líquido das operações de *hedge accounting*	**(589.637)**			**(29.482)**	**(36.852)**	**(44.223)**
Demais operações - Pós-fixadas						
	45.055	Aumento do CDI	11,79%	5.312	6.640	7.968
Títulos e valores mobiliários - LFT	106.245	Aumento do SELIC	11,79%	12.526	15.658	18.789
Arrendamentos a pagar	(64.934)	Aumento do CDI	11,79%	(7.656)	(9.570)	(11.484)
Empréstimos e financiamentos	(688.482)	Aumento do IPCA	5,20%	(35.801)	(44.751)	(53.702)
Debêntures	(102.640)	Aumento do CDI	11,79%	(12.101)	(15.127)	(18.152)
Exposição liquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	**(704.757)**			**(37.720)**	**(47.150)**	**(56.581)**
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	150.131	Aumento do CDI	11,79%	17.700	17.700	17.700
Arrendamentos por direito de uso	(13.206)	Aumento do CDI	11,79%	(1.557)	(1.557)	(1.557)
Exposição liquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	**136.925**			**16.143**	**16.143**	**16.143**
Exposição liquida total	**(567.832)**			**(21.577)**	**(31.007)**	**(40.438)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Caixa	-	206
Bancos	1	1.162
Total de disponibilidades	**1**	**1.368**
CDB - Certificado de depósitos bancários	28.840	42.304
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	1
Letras financeiras	332	2.238
Cotas de fundos	-	512
Total de aplicações financeiras	**29.172**	**45.055**
Total	**29.173**	**46.423**

Durante o período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 9,06% a.a.

8. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	15.741	106.245
LTN - Letras do Tesouro Nacional	22.244	150.131
Total	**37.985**	**256.376**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi equivalente a 9,06 % a.a.

9. CONTAS A RECEBER:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Valores a receber de serviços e locações, incluindo valores a receber com cartões de crédito	-	150.720
Ativos de contrato	-	31.142
Contas a receber - partes relacionadas (nota 26.1)	641	38.219
Outras contas a receber	-	1.108
(-) Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	-	(21.574)
Total	**641**	**199.615**
Ativo circulante	641	116.485
Ativo não circulante	-	83.130
Total	**641**	**199.615**

9.1. Classificação por vencimento *("aging list")* e perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber

	Controladora 31/12/2021				Consolidado 31/12/2021			
	Contas a receber	**Perdas esperadas**	**%**	**Total líquido**	**Contas a receber**	**Perdas esperadas**	**%**	**Total líquido**
Total a vencer	**641**	**-**	**-**	**641**	**97.935**	**(122)**	**0,12%**	**97.813**
Vencidos em até 30 dias	-	-	-	-	4.477	(21)	0,47%	4.456
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-	-	-	195	(9)	4,62%	186
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	-	878	(117)	13,33%	761
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	-	-	16.452	(108)	0,66%	16.344
Vencidos a mais de 365 dias (i)	-	-	-	-	101.252	(21.197)	20,93%	80.055
Total vencidos	**-**	**-**	**-**	**-**	**123.254**	**(21.452)**	**40,00%**	**101.802**
Total	**641**	**-**	**-**	**641**	**221.189**	**(21.574)**	**40,13%**	**199.615**

(i) O saldo de R$ 101.252 vencido acima de 365 dias, contempla R$ 79.678 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judicias de cobrança e estão classificados no ativo não circulante. A movimentação das perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 26 de julho de 2021	**-**	**-**
(-) adições por incorporação	-	(22.226)
(-) adições	-	(239)
(+) reversões	-	891
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(21.574)**

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
PIS e COFINS	-	33.783
INSS	-	9.351
ICMS	-	523
ISS	-	621
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	-	203
Total	**-**	**44.481**
Ativo circulante	-	16.757
Ativo não circulante	-	27.724
Total	**-**	**44.481**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:20 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

As movimentações para o período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021 na controladora e 26 de julho de 2021 (data da reestruturação societária) a 31 de dezembro de 2021 no consolidado estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado		
	Veículos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:				
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-
Adição por incorporação	1.495	67.350	9.145	76.495
Bens transferidos do imobilizado	-	33.778	-	33.778
Bens baixados por venda	-	(43.781)	-	(43.781)
Outras baixas	(979)	(979)	-	(979)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**516**	**56.368**	**9.145**	**65.513**
Depreciação acumulada:				
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-
Adição por incorporação	**(539)**	**(41.549)**	**(8.645)**	**(50.194)**
Bens transferidos do imobilizado	-	(2.739)	-	(2.739)
Bens baixados por venda	-	19.610	-	19.610
Outras baixas	339	339	-	339
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(200)**	**(24.339)**	**(8.645)**	**(32.984)**
Saldo residual líquido:				
Saldos em 26 de julho de 2021				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**316**	**32.029**	**500**	**32.526**

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Partes relacionadas	-	38.741
Cauções imobiliárias	-	179
Sinistros a receber - processos cíveis	-	60
Adiantamentos a fornecedores	-	17.112
Outros	-	2.217
Total	**-**	**58.309**
Ativo circulante	-	56.795
Ativo não circulante	-	1.514
Total	**-**	**58.309**

13. ATIVOS PARA CUMPRIMENTO DE CONTRATOS

	Consolidado						
	Gastos com veículos (i)	Exames admissionais (ii)	Impostos, taxas e licenças (iii)	Serviços contratados (iv)	Equipamentos e materiais (v)	Outros	Total
Em 26 de julho de 2021	-	-					
Adições	419	294	162	798	481	153	2.307
Em 31 de dezembro de 2021	**419**	**294**	**162**	**798**	**481**	**153**	**2.307**

(i) Refere-se a gastos com veículos previstos em contratos como abastecimento, vistorias para licenciamento de veículos, seguros, instalação de rastreadores. (ii) Exames admissionais obrigatórios aos colaboradores alocados nos contratos de prestação de serviço. (iii) Refere-se aos impostos, taxas e licenças obrigatórios para prestação de serviço dos contratos para futura geração de receita. (iv) Refere-se a serviços contratados para prestação dos serviços como por exemplo instalações de rastreadores e de equipamentos, aferição de tacógrafos, serviços de transporte de equipamentos e veículos e vistorias. (v) Refere-se a compra de materiais e equipamentos exigidos em contrato para prestação do serviço e consequente geração futura de receita como uniformes, caminhão cegonha para veículos, material de segurança e EPI.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas. **14.1. Movimentação dos investimentos**

	Controladora							
Investimentos	13/05/2021	Aporte de capital	Saldos Incorporados (i)	Reestruturação societária (i)	Outras movimentações (iii)	31/12/2021	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2021
CS Brasil Transportes	-	80.000	615.023	7.406	690	703.119	100,00	703.119
CS Finance	-	115	(1.739)	2.448	-	824	100,00	824
Total investimentos	**-**	**80.115**	**613.284**	**9.854**	**690**	**703.943**		**824**

	Consolidado							
Investimentos	26/07/2021	Aporte de capital	Incorporados (i)	Resultado de equivalência patrimonial (ii)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Outras movimentações (iii)	31/12/2021	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2021
BRT Sorocaba	-	14.683	16.926	(1.442)	-	(3.345)	26.822	49,75	26.822
Total investimentos	**-**	**14.683**	**16.926**	**(1.442)**	**-**	**(3.345)**	**26.822**		**26.822**

(i) Refere-se aos saldos de investimentos baixados na CS Participações e incorporados na CS Holding no processo descrito na nota explicativa 1.1. (ii) Saldos de equivalência patrimonial estão apresentados em R$ 1.055 a menor do que os saldos apresentados na DRE, devido ao saldo do resultado de 5 dias dos investimentos cindidos pela CS Participações e incorporados pela CS Holding em 26 de julho de 2021 que foram considerados diretamente na linha de equivalência patrimonial no resultado da CS Holding. (iii) Referem-se a saldo de equivalência patrimonial ajustados na controlada indireta (BRT Sorocaba) pertencente à controlada CS Transportes, bem como mútuo obtido pela mesma controlada e portanto o impacto não se dá diretamente na equivalência patrimonial e sim é contabilizado na rúbrica de outras movimentações reflexas de controladas e coligadas.

14.2. Saldos patrimoniais e de resultado das investidas e controladas

	31/12/2021							
Investimentos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos, despesas e outras receitas	Lucro / (prejuízo) líquido do período
CS Brasil Transportes	477.097	759.543	313.672	219.850	703.119	497.703	(467.220)	30.483
CS Finance	6.696	487.301	45.121	448.052	824	-	(709)	(709)
BRT Sorocaba Concessionárias	14.689	249.999	29.991	180.783	53.914	77.400	(80.483)	(3.083)

14.3. Dividendos a receber - As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora
Saldo em 13 de maio de 20	-
Saldo de dividendos incorporado via acervo cindido da CS Participações a receber da CS Frotas (nota 1.1)	2.550
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.550**

15. IMOBILIZADO

A movimentação para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 do consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado								
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	493.441	24.305	8.923	873	2.645	68	31.212	62	561.530
Adições	104.128	-	-	188	835	403	355	90	105.998
Transferências	284	-	68	-	(285)	(68)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(33.778)	-	-	-	-	-	-	-	(33.778)
Baixa de ativos e outros	(12.014)	-	-	-	-	-	-	-	(12.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**552.062**	**24.305**	**8.991**	**1.061**	**3.194**	**403**	**31.567**	**152**	**621.736**
Depreciação acumulada:	756	-	(56)	-	-	-	(1)	688	-
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	(66.059)	(18.426)	(4.618)	(529)	(1.136)	-	(16.966)	(57)	(107.790)
Despesa de depreciação no período	(11.700)	(1.036)	(333)	(37)	(108)	-	(2.607)	(30)	(15.851)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	2.739	-	-	-	-	-	-	-	2.739
Baixa de ativos e outros (i)	3.000	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(72.020)**	**(19.462)**	**(4.951)**	**(566)**	**(1.244)**	**-**	**(19.573)**	**(87)**	**(117.903)**
Saldo líquido:									
Saldo em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**480.041**	**4.844**	**4.040**	**495**	**1.951**	**403**	**11.994**	**65**	**503.833**
Taxa média de depreciação no período:									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	6,00%	20,00%	9,66%	-	5,52%	10,01%	-

15.1. Arrendamento de itens do ativo Imobilizado - Parte dos ativos foram adquiridos pela Sociedade por meio de arrendamento a pagar, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Consolidado 31/12/2021
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	96.337
Depreciação acumulada	(16.920)
Saldo contábil, líquido	**79.417**

16. INTANGÍVEL

	Consolidado									
	Ágio (vii)	Softwares	Outorgas das concessões (vi)	Projetos (i)	Serviços contratados (ii)	Impostos e taxas (iii)	Comissões (v)	Consultorias (iv)	Outros	Total
Custo:										
Em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por incorporação	2.284	3.200	15.625	-	-	-	-	-	-	18.825
Adições	-	610	15.625	6.413	1.115	1.091	300	1.825	380	27.359
Baixas	-	-	(15.625)	-	-	-	-	-	-	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	**2.284**	**3.810**	**15.625**	**6.413**	**1.115**	**1.091**	**300**	**1.825**	**380**	**32.843**
Amortização acumulada:										
Em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por incorporação	-	(1.849)	-	-	-	-	-	-	-	(1.849)
Despesas de amortização no exercício	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-	(74)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(1.923)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.923)**
Saldo líquido:										
Em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**2.284**	**1.887**	**15.625**	**6.413**	**1.115**	**1.091**	**300**	**1.825**	**380**	**30.920**
Taxa média de amortização no exercício:	-	20,0%	10,0%	-	-	-	-	-	-	-

(i) Refere-se a projetos de estudos de viabilidade da concessão. (ii) Refere-se a contratação de serviços para participação no leilão de concessão, conforme exigido pelo edital, o qual deu origem a SPE em questão e seguros. (iii) Refere-se aos impostos e taxas obrigatórios para o funcionamento da operação. (iv) Refere-se a comissões pagas para captação de financiamentos junto ao BNB na controladora Grãos do Piauí. (v) Refere-se a consultorias contratadas sendo consultoria jurídica, consultoria financeira e consultoria de engenharia. (vi) Outorgas das concessões dos portos ATU12 e ATU18 estavam inicialmente contabilizadas na controladora CS Transportes por ser a empresa que participou dos leilões, e posteriormente os valores de R$ 2.500 e R$ 13.125 pagos de outorgas foram aportados nas SPEs ATU12 e ATU18 respectivamente considerando o especificado nos contratos de concessão. (vii) Ágio referente ao BRT Sorocaba, controlada indireta da CS Holding e direta da controlada CS Transportes.

17. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Veículos, máquinas e equipamentos	-	40.979
Peças e manutenção	-	4.497
Partes relacionadas (nota 26.1)	23	27.191
Material de estoque	-	1.478
Serviços contratados	-	1.934
Outros	-	5.466
Total	**23**	**81.544**

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação para o período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2021 da controladora está demonstrada a seguir:

				31/12/2021			Movimentação			
Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Adição por incorporação	Transferência (a)	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional										
NPs	5,65%	CDI+1,50%	setembro-22	19.205	45.000	64.205	172.518	(100.000)	(14.332)	6.019
				19.205	**45.000**	**64.205**	**172.518**	**(100.000)**	**(14.332)**	**6.019**

				31/12/2021			Movimentação	
Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Adição por incorporação	MTM
Em moeda nacional								
MTM *Swap - Bond*	-	-	-	-	(97.425)	(97.425)	(44.727)	(52.698)
				-	**(97.425)**	**(97.425)**	**(44.727)**	**(52.698)**

(a) Refere-se à cessão da 1ª NP, efetuada da CS Holding para a Ciclus Ambiental do Brasil S.A em 27 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.3 h.

A movimentação para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 do consolidado está demonstrada a seguir:

				31/12/2021			Movimentação				
Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Adição por incorporação	Transferência (a)	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional											
CCBs	0,00%	CDI+3,17%	julho-23	30.363	19.931	50.294	60.153	-	(10.000)	(2.037)	2.178
NPs	4,15%	CDI+ (-2%)	setembro-22	102.395	44.008	146.403	316.634	(100.000)	(71.000)	(21.269)	22.038
CDCs	7,26%	CDI+3,0	outubro-22	1.251	-	1.251	2.121	-	(869)	(22)	21
Senior Notes “BOND”	6,02%	149% CDI	fevereiro-28	42.482	448.052	490.534	470.378	-	-	-	20.156
				176.491	**511.991**	**688.482**	**849.286**	**(100.000)**	**(81.869)**	**(23.328)**	**44.393**

				31/12/2021			Movimentação			
Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Adição por incorporação	MTM	Variação cambial	Juros apropriados
Em moeda nacional										
MTM *Swap - Bond* (i)	-	-	-	-	110.660	110.660	143.202	(52.698)	12.214	7.942
				-	**110.660**	**110.660**	**143.202**	**(52.698)**	**12.214**	**7.942**

(a) Refere-se à cessão da 1ª NP, efetuada da CS Holding para a Ciclus Ambiental do Brasil S.A em 27 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.3 h.

(i) **CCBs -** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo semestrais e não possuem cláusulas de compromisso; (ii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros A Sociedade utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar. (iii) **CDC -** é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa e não possuem cláusulas de compromisso; (iv) **Senior Notes “Bond” -** A Simpar Finance, controlada direta da Simpar S.A emitiu títulos de dívidas no mercado internacional, denominados em moeda corrente nacional (reais), no valor total de R$450.000, remunerados à taxa de 149,81% do CDI ao ano e com vencimento em 12 de fevereiro de 2028. Em 30 de março de 2021, esses títulos de dívidas foram cedidos para CS Finance, nas mesmas condições, anteriores a cessão. A Sociedade e suas controladas monitoram a manutenção dos *covenants* trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres. Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, EBITDA-Adicionado (EBITDA-A) e Despesa Financeira Líquida, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S/A.. **“Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros”** significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial *(hedge)* e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); **“EBITDA - Adicionado para fins de *covenants* financeiros”** significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e **“Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros”** significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses,

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95610741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:25 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. DEBÊNTURES

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

			Controladora e Consolidado					
			31/12/2021			Movimentação		
Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional								
1ª Emissão- CSH	11,22%	setembro-23	2.680	99.960	102.640	100.000	(94)	2.734
			2.680	**99.960**	**102.640**	**100.000**	**(94)**	**2.734**

As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	**CS Holding**
Descrição	**1ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza	
Valor da 1ª Série	100.000
Valor da 2ª Série	-
Valor da 3ª Série	-
Valor da emissão	100.000
Valor Total Recebido em C/C	100.000
Emissão	02/09/2021
Captação	10/09/2021
Vencimento	15/09/2023
Espécie	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	CSHO11
b. Custos da transação	**30.991**
c. Prêmios obtidos	
Adicional pela liquidação	N.A.
Valor da liquidação	-
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	
1ª Série	CDI+1,90%
2ª Série	-
3ª Série	-
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	**26.226**

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contratos de arrendamentos na modalidade de Finame leasing e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

				Consolidado						
				31/12/2021			Movimentação			
Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Adição por incorporação	Amortização	Juros pagos	Juro apropriados
Em moeda nacional										
Arrendamento mercantil - Leasing	8,2%	CDI + 4,15%	fev/25	28.124	36.810	64.934	74.403	(9.462)	(2.522)	2.515

21. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 15.

	Consolidado
	31/12/2021
Passivo de arrendamento em 26/07/2021	
Adições por incorporação	15.239
Adição	355
Baixa	(8)
Amortização	(2.385)
Juros pagos	(714)
Juros apropriados	719
Passivo de arrendamento em 31/12/2021	**13.206**
Circulante	4.296
Não circulante	8.910
Total	**13.206**

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, assim como concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	**Taxa % a.a.**
1	4,21
2	5,59
3	6,93
5	8,34
10	9,33
15	9,66
20	10,15

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	**Nominal**	**Ajustado valor presente**
Contraprestação do arrendamento	19.211	13.901
PIS/COFINS	1.773	1.282

A Administração da Sociedade na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Sociedade tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos mercantis seria um aumento aproximado de R$ 695.

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Venda de veículos	-	20.274
Total	**-**	**20.274**

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Partes relacionadas (Nota 26.1)	559	7.709
Seguros a realizar	-	6.268
Provisão PPR - longo prazo	-	1.621
Provisão de serviço de terceiros	-	4.311
Outros	7	388
Total	**566**	**20.298**
Ativo circulante	561	18.268
Ativo não circulante	5	2.030
Total	**566**	**20.298**

24. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Sociedade e suas controladas, no curso normal de seus negócios, recebem demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

		Consolidado
	Depósitos judiciais	**Provisões**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Trabalhistas	2.626	1.577
Cíveis	706	(1.130)
Tributárias	175	-
	3.507	**(2.707)**

24.1. Depósitos judiciais - Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **24.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas -** O Grupo classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais. A movimentação para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

			Consolidado
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 26 de julho de 2021			
Adições por incorporações	(1.881)	(515)	(2.396)
Constituição	(229)	(934)	(1.163)
Reversão	533	319	852
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.577)**	**(1.130)**	**(2.707)**

Trabalhistas: A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **Cíveis:** Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **24.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço -** A Sociedade e suas controladas têm, em 31 de dezembro de 2021, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Consolidado
	31/12/2021
Trabalhistas	8.594
Cíveis	11.291
Tributárias	3.904
Total	**23.789**

Trabalhistas: As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 24.2, movidas por ex-colaboradores do Grupo. **Cíveis:** As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Sociedade e suas controladas, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 24.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias:** As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.827	9.178
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	12.923
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	-	4.964
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	-	490
Provisão sobre encargos trabalhistas e tributários	-	5.218
Impacto do Arrendamentos por direito de uso	-	412
Depreciação de arrendamento por direito de uso	-	361
Outras provisões	-	397
Total do imposto diferido ativo	**8.827**	**33.943**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	-	(26.316)
Derivativos de hedge *(swap)* e variação cambial em regime tributário de caixa	(2.216)	(3.313)
Depreciação econômica vs. fiscal	(92)	(8.935)
Imobilização *leasing* financeiro	(115)	(24.830)
Outros	(217)	(217)
Total do imposto diferido passivo	**(2.640)**	**(63.611)**
Total débitos fiscais, líquidos	**6.187**	**(29.668)**
Tributos diferidos ativos	6.187	6.539
Tributos diferidos passivos	-	(36.207)
Total débitos fiscais, líquidos	**6.187**	**(29.668)**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2021 na controladora está demonstrada a seguir:

	Controladora
Adição por incorporação	(2.381)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	8.568
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.187**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Adição por incorporação	(33.745)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	4.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(29.668)**

25.2. Prazo estimado de realização - Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade do consolidado:

	Consolidado
	31/12/2021
CS Holding, ATU12, ATU18 e Grãos	13.814
	13.814

Em 31 de dezembro de 2021, foram concluídos os estudos de recuperabilidade de dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas e com premissas, consideraram as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização é prevista cronograma abaixo:

						Consolidado
						31/12/2021
	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**Acima de 4 anos**	**Total**
Valores totais líquidos	-	-	64	3.567	10.183	13.814

25.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2021	**31/12/2021**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(13.576)**	**(10.269)**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**4.616**	**3.491**
(Adições) exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	3.709	(490)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	243	987
IRPJ e CSLL apurados	**8.568**	**3.988**
Corrente	-	(89)
Diferido	8.568	4.077
IRPJ e CSLL no resultado	**8.568**	**3.988**
Alíquotas efetivas	-63,11%	-38,84%

As declarações de imposto de renda da Sociedade e suas controladas estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. **25.4. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher -** A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) até 31 de dezembro de 2021 na controladora:

	Controladora
	31/12/2021
Constituição da Sociedade em 13 de maio de 2021	-
(Provisão) reversão de IRPJ/CSLL do período	-
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	1.171
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.171**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	1.171
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.171**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) até 31 de dezembro de 2021 no consolidado:

	Consolidado
	31/12/2021
Constituição da Sociedade em 26 de julho de 2021	-
(Provisão) reversão de IRPJ/CSLL do período	(89)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	18.179
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.090**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	18.171
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	(81)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.090**

26. PARTES RELACIONADAS

26.1. Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo) - As transações entre a Sociedade e suas controladas são eliminadas para fins de apresentação dos saldos consolidados, mas mantidos na Controladora nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As naturezas dessas transações são compostas por: (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (i), (ii) e (iii). (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e de rateio de despesas comuns pagas à Sociedade, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (iv). (iii) Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre a Sociedade e suas controladas e saldos a receber pela venda de participações societárias entre a Sociedade e suas controladas. (iv) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Sociedade custeadas pelas controladas. (v) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra de ativos, locação de ativos e prestação de serviços. Dividendos e juros sobre capital próprio ("JSCP") a pagar: saldo recebido via incorporação do acervo líquido cindido da CS Participações a ser pago à Simpar, referente aos dividendos distribuídos no exercício de 2020. (vi) Aquisições de empresas a pagar: Refere-se a compra da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Brasil Frotas, ocorrida em 30 de dezembro de 2020, em 8 parcelas semestrais, no valor de R$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de junho de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%, saldo que foi incorporado da CS Participações.

							Controladora
	Ativo						**Passivo**
	Contas a receber (nota 9) (i)	**Dividendos a receber**	**Fornecedores (nota 17) (v)**	**Dividendos a pagar (vi)**	**Partes relacionadas (iii)**	**Aquisição de empresas a pagar(vii)**	**Outras contas a pagar (Nota 23) (iv)**
	31/12/2021	**31/12/2021**	**31/12/2021**	**31/12/2021**	**31/12/2021**	**31/12/2021**	**31/12/2021**
Partes relacionadas							
CS Brasil Frotas	32	2.550	-	-	-	-	-
CS Participações	609	-	-	-	-	-	559
Simpar	-	-	-	16.723	-	80.930	-
CS Finance	-	-	-	-	380.231	-	-
Ciclus Ambiental S.A	-	-	23	-	-	-	-
Total	**641**	**2.550**	**23**	**16.723**	**380.231**	**80.930**	**559**
Circulante	641	2.550	23	16.723	-	-	559
Não circulante	-	-	-	-	380.231	80.930	-
Total	**641**	**2.550**	**23**	**16.723**	**380.231**	**80.930**	**559**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:29 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			Passivo				Consolidado
	Contas a receber (nota 9) (i)	Partes relacionadas (iii)	Outros créditos (nota 12) (ii)	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (vi)	Fornecedores (nota 17) (v)	Outras contas a pagar (nota 23) (iv)	Partes relacionadas a pagar (vii)	Aquisição de empresas a pagar
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Partes relacionadas								
CS Frotas	4.349	-	19.310	-	885	697	-	-
CS Participações	688	-	11.475	-	129	3	-	-
BBC Leasing S.A.	176	-	-	-	173	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	453	-
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	996	-	-
JSL S.A.	6.610	-	901	-	2.349	-	-	-
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	-	-	-	-	-	422	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	21.318	2.000	1.370	-	11.270	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	25	-	122	-	129	-	-	-
JSL Empreendimentos	-	-	-	-	-	23	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	114	-	100	-	146	6	-	-
Movida Participações S.A.	50	-	10	-	52	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	-
Original Veículos Ltda.	29	-	15	-	44	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	43	-	-	-	43	-	-	-
Quataí Transporte de Passageiros SPE S.A.	-	-	-	-	-	4	-	-
Quick Logística Ltda.	11	-	56	-	66	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	1.491	-	-
Simpar	8	-	1.594	16.723	653	2.556	-	678
Simpar Europe	-	-	606	-	-	1.394	-	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	4.162	-	1.977	-	6.549	24	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	13	-	-	-	50	15	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	624	-	1.203	-	4.017	2	-	-
Medlogistica	-	-	2	-	-	-	-	-
Vamos Agricola	-	-	-	-	-	1	-	-
Movida Locação de Veículos Prêmio	-	-	-	-	1	64	-	-
Serveng Civilsan S.A.	-	122	-	-	-	-	-	-
Ciclus Ambiental S.A.	-	-	-	-	634	-	-	-
Total	**38.219**	**2.122**	**38.741**	**16.723**	**27.191**	**7.709**	**453**	**678**
Circulante	38.219	2.122	38.741	16.723	27.191	7.709	453	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	678
Total	**38.219**	**2.122**	**38.741**	**16.723**	**27.191**	**7.709**	**453**	**678**

26.2. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do período - (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento; (ii) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras; (iii) Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; (iv) A Sociedade compartilha certos serviços administrativos com as empresas do grupo Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e (v) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato. No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais para o período de 26 de julho de 2021 de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 de transações entre as empresas do Grupo e suas partes relacionadas:

								Consolidado
Resultado	Locações e serviços prestados (ii)	Locações e serviços tomados (i) e (ii)	Receita na venda ativos (iii)	Custo na venda de ativos (iii)	Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas (iv)	Outras receitas (despesas) operacionais (iv)	Receita financeira (v)	Despesa financeira (v)
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Transações eliminadas no resultado								
CS BRASIL	-	-	-	-	(8)	(8)	8.317	(2.397)
ATU 12	-	-	-	-	(92)	(92)	-	2
ATU 18	-	-	-	-	100	100	-	2
CS HOLDING	-	-	-	-	-	-	20.397	-
CS FINANCE	-	-	-	-	-	-	-	(26.321)
	-	-	-	-	-	-	**28.714**	**(28.714)**
Transações com partes relacionadas								
CS Brasil	-	(517)	-	-	-	-	-	-
CS Frotas	1.208	(4.070)	6.875	(6.875)	-	11.736	-	-
CS Participações	-	(2.694)	609	(609)	-	-	13.481	3
Avante Veículos	-	(5)	-	-	-	-	-	-
JSL	1.542	-	2.848	(2.844)	-	525	-	-
Original Veículos Ltda.	-	(20)	2.745	(2.745)	-	22	-	-
Ponto Veículos Ltda	-	(8)	844	(844)	-	40	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	24	-	-	-	(274)	(77)	-	-
Mogi Mob Transportes de Passageiros Ltda.	653	-	-	-	(2)	-	28	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	1	(272)	-	-	-	2	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	(662)	-	-	-	4	-	-
SIMPAR	-	-	-	-	(6.722)	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	(3.731)	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, Máquinas e Equipamentos Ltda.	-	(483)	-	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda.	356	-	-	-	-	-	-	-
JSL Arrendamento	-	-	283	(235)	-	-	-	-
Quick Logística	-	(165)	-	-	-	-	-	-
Outros (ii)	-	(274)	-	-	-	-	-	-
	3.784	**(12.899)**	**14.204**	**(14.151)**	**(6.998)**	**12.252**	**13.509**	**3**
Total	**3.784**	**(12.899)**	**14.204**	**(14.151)**	**(6.998)**	**12.252**	**42.223**	**(28.711)**

26.3. Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamentos de imóveis - O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), empresa sob controle comum. O valor dos aluguéis reconhecidos no resultado para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 6.521 no consolidado. **26.4. Centro de serviços administrativos -** O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice.* Para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 6.135 no consolidado. **26.5. Remuneração dos administradores -** A Administração da Sociedade é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	Consolidado
	31/12/2021
Remuneração fixa	1.845
Encargos e benefícios	2.592
Benefícios	887
Total	**5.324**

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora Simpar S.A. Para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 foram exercidas opções de ações pelos administradores (vide nota 27.2). A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%

Movimentação durante os exercícios: A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Direitos de opções de ações outorgadas	Direitos de ações em circulação	Preço médio do período (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Ocorrências do 3º Tri - 2021	31.251	31.251	8,59
Posição em 31 de dezembro de 2021	**31.251**	**31.251**	-

ii. Plano de ações restritas da Simpar e *matching:* No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da CS Brasil Transportes de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Controladora Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade
I	2018	5.604	3	0,00	7,68	41,16%
I	2018	5.603	4	0,00	7,68	41,16%
II	2019	18.252	2	0,00	6,17	41,16%
II	2019	18.252	3	0,00	6,17	41,16%
II	2019	18.250	4	0,00	6,17	41,16%

Movimentação durante os exercícios: A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

					Quantidade de ações
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercídos	Direitos ações em de circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Ocorrências do 3º Tri - 2021	83.379	-	-	83.379	7,02
Posição em 31 de dezembro de 2021	**83.379**	**(39.680)**	**(83.363)**	**168.799**	**7,02**

Por meio de sua controlada CS Brasil Transportes foi reconhecido na rubrica "Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas" o montante de R$ 690 referente a "transações com pagamentos baseados em ações". **b) Distribuição de dividendos -** Conforme o Estatuto Social da Sociedade, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Sociedade permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como a Compahia apresentou prejuízo de R$ 5.008 não houve constituição de dividendos e juros sobre capital próprio e o saldo da reserva de lucros do exercício é de R$ 5.008. **c) Reserva legal -** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Sociedade, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída reserva legal, em virtude do prejuízo do exercício. **27.3. Participação de não controladores -** A Sociedade trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade possui o valor de R$ 3.947 relacionado a participação de não controladores, composto por R$ 217 referente ao prejuízo do exercício, e R$ 4.164 de capital social da Grãos do Piauí a qual a controlada CS Transportes detém 64% de participação.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital social - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 161.393 dividido em 161.393 ações sem valor nominal, sendo 100% pertencente à Controladora Simpar com 161.393 ações. A Sociedade não possuí capital mínimo autorizado.

	Valor	Quotas
Constituição da Sociedade em 13 de maio de 2021	-	-
Integralização de capital	1	1
Aumento de capital (i)	161.392	161.392
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**161.393**	**161.393**

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Sociedade, e consequentemente, os acionistas aprovaram a incorporação da parcela cindida da CS Participações com aumento de capital social no valor de R$ 171.598 com base no laudo de cisão com data base de 31 de março de 2021 e R$ 161.393 na data base da aprovação da cisão em 26 de julho de 2021. **27.2. Reserva de Lucros - a) Transações com pagamentos baseados em ações -** i. Plano de opções de ações da Simpar: Os Planos da CS Transportes para opção de ações da Simpar são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Sociedade, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Sociedade do preço de exercício pelo beneficiário. O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Exercício de aquisição	Prazo do exercício
11,02%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
11,15%	0,00%	5/,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
11,30%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Exercício de aquisição	Data transferência
5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO - SALDO EM REAIS)

A Sociedade e suas controladas mantêm seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são: **a) Seguros para garantias de obrigações públicas.**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:34 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 86C88834-5FAE-486C-B47D-B2DCEF3B4E84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. PARA O PERÍODO DE 13 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo possui seguros para garantias de obrigações oriundas de contratos de locação de veículos para órgãos públicos por meio da sua controlada CS Brasil em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância Segurada	Vigência Inicial	Vigência Final
Orgãos ligados ao Governo do Estado da Bahia	Locação de veículos / Gestão com manutenção	BA	398.775	11/06/21	17/01/22
Orgãos ligados ao Governo do Estado do Ceará	Locação de veículos / Gestão com manutenção	CE	11.966	03/09/21	02/12/22
Orgãos ligados ao Governo do Estado de Goiás	Locação de veículos / Gestão com manutenção	GO	685.888	13/03/20	11/04/25
Orgãos ligados ao Governo do Estado de Pernambuco	Locação de veículos / Gestão com manutenção	PE	613.520	06/01/20	31/01/24
Orgãos ligados ao Governo do Estado do Paraná	Locação de veículos / Gestão com manutenção	PR	8.266.359	16/09/19	14/12/22
Orgãos ligados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro	Locação de veículos / Gestão com manutenção	RJ	11.117.650	26/07/18	23/04/24
Orgãos ligados ao Governo do Estado de São Paulo	Locação de veículos / Gestão com manutenção	SP	182.387	15/11/20	15/05/23
Orgãos ligados a diversos estados	Locação de veículos / Gestão com manutenção	-	288.062	15/12/20	28/02/22
Total			**21.564.606**		

29. RECEITA LÍQUIDA LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

a) Fluxos de receitas

	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Receita de prestação de serviços (ii)	70.942
Receita de locação (i)	313.274
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	**384.216**
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	111.831
Receita líquida total	**496.047**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente. (ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Receita bruta	**548.661**
Menos:	
Impostos sobre vendas	(50.501)
Devoluções e cancelamentos	(2.113)
Receita líquida total	**496.047**

b) Desagregação da receita de contrato com cliente - Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita da Sociedade:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Receita de transporte de passageiros	39.883
Receita de limpeza e coleta urbana	31.059
Receita de locação - GTF Leves	77.710
Receita de locação - GTF Pesados	11.848
Receita de locação - GTF MO	222.515
Outros	1.201
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	**384.216**
Receita de venda de ativos desmobilizados	111.831
Receita líquida total	**496.047**
Tempo de reconhecimento de receita	
Produtos transferidos em momento específico no tempo	152.915
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	343.132
Receita líquida total	**496.047**

30. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Custo / despesas com frota (iii)	-	(9.059)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	(24.171)
Pessoal e encargos	-	(73.819)
Agregados e terceiros	-	(46)
Depreciação e amortização	-	(15.925)
Peças, pneus e manutenções	-	(11.487)
Combustíveis e lubrificantes	-	(21.372)
Comunicação, propaganda e publicidade	(32)	(280)
Serviços tomados	(191)	(7.438)
Reversão (Provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	-	652
Indenizações judiciais	-	(997)
Aluguel de imóveis	-	1.229
Energia elétrica	-	(1.053)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	-	(3.050)
Recuperação de PIS e COFINS	-	8.414
Crédito de impostos extemporâneos (i)	-	889
Monitoramento e escolta de cargas, indenização cível	-	(4.647)
Infraestrutura de filiais	-	(3.675)
Outros custos	(3)	(1.966)
	(226)	**(167.801)**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	-	(131.113)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	(24.171)
Despesas comerciais	-	(1.573)
Despesas administrativas	(226)	(13.430)
Reversão (provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	-	652
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	-	1.834
	(226)	**(167.801)**

(i) O saldo total é composto por verbas de PIS e COFINS. (ii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerrou dentro do período. (iii) Incluí despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 13/05/2021 a 31/12/2021	Consolidado 26/07/2021 a 31/12/2021
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	5.172	10.933
Receita de variação monetária	-	2.494
Juros recebidos	-	32
Resultado na apuração dos swaps, líquido	1.185	1.497
Variação cambial ativa	-	60
Outras receitas financeiras	-	173
Receita financeira total	**6.356**	**15.190**
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.753)	(34.913)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	-	(2.515)
Despesas com captações de dívidas	(628)	(1.501)
Despesa total do serviço da dívida	**(9.381)**	**(38.928)**
Juros sobre Arrendamento por direito de uso	-	(719)
Juros passivos	(18.486)	(512)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	-	(20)
Despesas com aplicações financeiras	(300)	(692)
Outras despesas financeiras	(2.449)	(2.441)
Despesa financeira total	**(30.615)**	**(43.313)**
Resultado financeiro líquido	**(24.259)**	**(28.123)**

32. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

a) Resultado por ação

	13/05/2021 a 31/12/2021
Numerador:	
Prejuízo líquido do período	(6.064)
Denominador:	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	171.598
Prejuízo líquido básico e diluído por ações - R$	**-0,0376**

A Sociedade não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

33. ARRENDADOR OPERACIONAL

O Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2024. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2021, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
CS Brasil Transportes	331.398	219.684	73.832	3.025	-	627.939
Total	**331.398**	**219.684**	**73.832**	**3.025**	**-**	**627.939**

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa.

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Total das adições de imobilizado no período	**-**	**105.998**
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar	23	(355)
Saldo das adições do período liquidadas com fluxos de caixa	-	-
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**23**	**105.643**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	23	104.128
Imobilizado	-	1.870
Direito de uso	-	(355)
Total	**23**	**105.643**
Outras transações que não afetaram caixa:	**-**	**-**

34.1. Classificação de juros sobre capital próprio e dividendos como atividades de investimento e financiamento - A Sociedade classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e dividendos recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Sociedade possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Transferência de 2ª emissão de debêntures da CS Participações e Locações S.A para a CS Holding e Locação S.A. - Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 05 de janeiro de 2022 foi aprovado ratificação da transferência, pela CS Participações, de todos e quaisquer direitos e obrigações por ela assumidos no âmbito das Debêntures no montante de R$ 150.000, para a CS Holding, em decorrência de sucessão legal, nos termos do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Brasil Participações e Locações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela CS Brasil Holding e Locação S.A." celebrado em 24 de junho de 2021 entre CS Participações e CS Holding ("Protocolo de Cisão Parcial"), de modo que (a) a CS Holding passará a figurar como emissora das Debêntures; e (b) a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da CS Holding ("Reorganização Societária Permitida"); (ii) a alteração do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("Escritura de Emissão") para alterar: (i) o título da Escritura de Emissão, que passará a ser denominada como "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Holding e Locação S.A."; (ii) bem como as demais referências e/ou dadoscadastrais ao longo da Escritura de Emissão, a fim de refletir o ingresso da Emissora Ingressante na qualidade de nova Emissora; (iii) a Cláusula 3.1 à Escritura de Emissão, a fim de refletir o objeto social da Emissora Ingressante como atual Emissora das Debêntures. **35.2. Situação Ucrânia e Rússia -** A Sociedade tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito. **33.3. Pagamento de juros - debêntures 1ª emissão -** A Sociedade efetuou em 15 de março de 2022 o pagamento de juros no valor de R$ 5.074 referente à 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho	Anselmo Toletino Soares Junior	Samir Moises Gilio Ferreira	Carolina Quirino Martins
Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Controladoria	Contadora - CRC 1SP 328973

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e quotistas
CS Holding e Locação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Holding e Locação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Holding e Locação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Holding e Locação S.A. e da CS Holding e Locação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2022 | 23:20:38 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/